

Emissões... A Esperança e a Realidade

Pedro Oliveira, Presidente, BP Portugal

O convite que a APE me dirigiu para colaborar nesta coluna coincidiu com o lançamento da 68ª edição do *BP Statistical Review 2019 (BPSR2019)*. Eu não podia, por isso, passar ao lado das conclusões que resultam do documento em causa. Conclusões que se revelam especialmente relevantes e preocupantes nos tempos que correm. O *BPSR 2019* não é a solução para o problema das emissões, mas será talvez um dos registos históricos mais creíveis e transversais a toda a indústria da energia, permitindo-nos fazer uma avaliação objetiva das principais variáveis inerentes ao problema, podendo por isso promover a tomada de decisões com impacto real nas nossas vidas no que à redução de emissões futuras diz respeito.



Há alguns anos que, na BP, temos vindo a sinalizar aquilo a que chamamos o “desafio dual”, reconhecendo que ao longo das próximas décadas o mundo irá necessitar de mais energia e que, em simultâneo, teremos que reduzir as emissões. Esta equação, de difícil mas de imperativa resolução, tem sido ao longo dos últimos anos posicionada como apenas solucionável através de uma crescente “eletrificação” da nossa sociedade, também no pressuposto da crescente massificação das fontes renováveis a montante da cadeia de produção de electricidade. Colocando o real problema em perspetiva, conviria referir que não estamos numa corrida às renováveis, estamos na realidade numa corrida urgente para reduzir as emissões, sendo as renováveis um entre muitos meios (todos sem excepção necessários) para atingir um fim.

Os factos que resultam da última edição do *BPSR 2019* revelam que o caminho que estamos a seguir é inconsequente e, na realidade, insustentável face aos principais indicadores de 2018. Nunca como em 2018 existiu um desfasamento tão gritante entre a Esperança e a Realidade, no plano dos consumos de energia, da respetiva diversificação de fontes e da conseqüente redução de emissões globais. Permito-me por isso partilhar alguns números que ressaltam do *BSR 2019*.

O consumo de energia primária cresceu 2.9% em 2018 (maior crescimento desde 2010), sendo que, em paralelo, as emissões cresceram 2% (maior crescimento dos últimos anos). O aumento do consumo de energia deu-se em praticamente todas as fontes (fósseis e renováveis), com a maioria das fontes a baterem recordes de crescimento históricos. A título de exemplo, em 2018 o consumo de gás natural cresceu 5.3%, respondendo por 45% do crescimento total de consumo de energia no mundo, sendo que as renováveis tiveram um crescimento de cerca de 15%, até marginalmente abaixo de anos anteriores, sendo ainda assim a fonte que mais cresceu, mas respondendo por “apenas” 30% do total do crescimento da produção de energia em 2018. Surpreendentemente ou não, até o consumo de carvão cresceu em 2018 (+1.4%). A energia de origem fóssil continua a responder não só pela maioria do mix, como também acomodou em 2018 a maior parte do crescimento da procura.

Tanto os 2.9% de aumento de consumo de energia em 2018 como os conseqüentes e alarmantes 2.0% de aumento de emissões estão materialmente acima da média dos respectivos registos dos últimos 5 anos. Não tendo existido um aumento relevante no que à produção industrial do mundo diz respeito, concluiu-se que só a singular correlação entre a frequência e a amplitude da volatilidade dos picos de temperatura no mundo em 2018 (promovendo maiores necessidades de climatização) explicam uma parte muito significativa do aumento de consumo de energia em 2018. Se assumirmos que os ditos fenómenos climáticos terão uma correlação directa com os níveis de emissões, talvez estejamos a entrar numa dinâmica que se retroalimenta de modo preocupante e perverso. Alguns poderão dizer que não; parece-me ser uma discussão estéril, porque reduzir e controlar emissões de modo sustentável, como dizem os ingleses, “*is good for all seasons*”.

Face ao exposto e dando visibilidade aos dados do *BPSR 2019* que me pareceram mais relevantes, é óbvio que continua a haver uma distância enorme entre a esperança que muitos depositam nas iniciativas colocadas em prática e a parede da realidade com que nos deparamos. Por outro lado, olhando pragmaticamente para os mesmos números, fica claro que a derivada mais “sexy” da corrida à redução das emissões, i.e. as renováveis, são um factor crítico de sucesso mas manifestamente insuficiente, face à crescente procura de energia. Razão pela qual esta guerra declarada às emissões ganhar-se-á com um compromisso de redução de emissões por parte de todas as fontes e de todos os segmentos em que estas intervêm.

Neste plano o Grupo BP já se comprometeu publicamente em não aumentar o total das emissões decorrentes das suas operações até 2025, reduzindo em 3.5 milhões de toneladas as emissões inerentes aos seus produtos até à mesma data, apesar do aumento previsto de 30% de consumo de energia no mundo até 2040. Tais compromissos, e sendo a BP um grupo que produz e disponibiliza energia ao mundo através das mais diversas fontes (incluindo renováveis de modo muito material), sabemos bem que só actuando na optimização e redução de emissões em todas as fontes e processos é que, enquanto sociedade, conseguiremos fazer convergir de modo sustentável a Esperança e a Realidade.

Secretário de Estado da Energia é orador convidado no World Energy Congress

O [Congresso](#) do World Energy Council tem lugar em Abu Dhabi, de 9 a 12 de Setembro.

Com o tema geral 'Energy for Prosperity', esta 24ª edição irá continuar a série de sucessos alcançados desde a criação deste evento, em 1924. Assim, há quase um século que esta organização do World Energy Council se posiciona como a mais antiga, maior e mais abrangente assembleia do sector de energia, a nível mundial.

Além do Secretário de Estado da Energia João Galamba, será também orador Nuno Silva, Technology & Innovation Director da nossa associada EFACEC e Chairman do Future Energy Leaders Program.

Esperam-se mais de 5 mil presenças, cerca de 50 ministros e 500 CEOs, integrando o evento 40.000 m² de exposição.

Sendo a APE o Comité Nacional são concedidas condições preferenciais de [inscrição](#) aos associados, colectivos ou individuais.



Um novo documento do World Energy Council sobre o Hidrogénio: "New hydrogen economy – hope or hype?"



O World Energy Council publicou em Junho mais uma monografia da série [Innovation Insights: "Nova Economia do Hidrogénio - esperança ou expectativa exagerada?"](#).

O estudo é baseado nas respostas de 36 reconhecidos líderes do sector da energia à seguinte questão: *quais os factores críticos para que o hidrogénio venha a ser um agente relevante da Grande Transição energética e quais as evoluções recentes mais significativas nesta área?*

Além de fornecer uma perspectiva da situação actual do hidrogénio, o documento identifica as oportunidades emergentes em quatro sectores: mobilidade, electricidade, calor e indústria.

As aplicações identificadas para o hidrogénio variam muito em termos de escala e de prontidão, mas ressalta o entendimento de que o desenvolvimento das utilizações depende mais da implementação de projectos em escala comercial, aumentando a experiência e fazendo baixar os preços, do que de avanços tecnológicos extraordinários.

Foi também comum a todas as entrevistas serem necessárias políticas claras e de longo prazo e cooperação intersectorial para que o potencial de utilização do hidrogénio nos sistemas energéticos seja aproveitado mais rapidamente.

Emissões carbónicas de motorizações diesel e eléctrica: um estudo da Volkswagen

A Volkswagen [publicitou](#) cálculos da emissão de CO₂ para as motorizações diesel e eléctrica de um dos seus modelos ligeiros (Golf). Para esse cálculo foi analisado o ciclo de vida (Life Cycle Assessment), processo complexo que abrange três estádios principais: produção, utilização e reciclagem.

Globalmente, para uma vida útil de 200.000 km e considerando o teor carbónico do mix de produção eléctrica na EU, obteve-se para a versão diesel 140 gCO₂/km e para a versão eléctrica 119 gCO₂/km. À fase produção são atribuídas para as motorizações diesel e eléctrica 29 gCO₂/km e 57gCO₂/km, respectivamente. A parcela utilização reverte esta ordem muito significativamente, tendo-se obtido 111 gCO₂/km para a versão diesel e apenas 62 gCO₂/km para a versão eléctrica. Nota-se que se a electricidade for exclusivamente de fontes renováveis, este valor cai para 2 gCO₂/km.

Os valores correspondentes à reciclagem apenas diferem significativamente no que respeita às baterias, os quais não estão explicitados por ter sido considerada a reutilização e, assim, sendo afectadas as suas emissões à fase da produção.

António Sá da Costa eleito Presidente da EREF

António Sá da Costa, anterior Presidente da APREN, foi eleito para um mandato de dois anos como Presidente da [EREF - European Renewable Energies Federation](#).

A EREF agrega associações nacionais de produtores de electricidade renovável e representa-as junto da União Europeia, bem como noutros organismos e instituições internacionais.

Esta eleição, reconhece o notável contributo para o sector das renováveis do Prof. Sá da Costa que, em representação da APREN, foi membro da Direcção da APE em vários mandatos.



Revisão do tratado da carta da energia

A Comissão Europeia propõe ao Conselho Europeu a atribuição de um [mandato](#) para negociar a 'modernização' do **Tratado da Carta da Energia** (TCE), acordo plurilateral que visou facilitar e dar segurança ao comércio e ao investimento no sector da energia. O TCE (e documentos anexos) foi acordado em Lisboa em **17 de Dezembro de 1994**, tendo entrado em vigor em 16 de Abril de 1998 (o Governo Português é depositário do Tratado).



Embora já tenha conhecido algumas alterações, o TCE tem lacunas e contém disposições que já não se adequam a situação actual dos mercados, o que origina muitos conflitos jurídicos. Em particular, pretende-se modernizar as disposições relativas à protecção do investimento e ao tratamento equitativo, mas também reforçar as disposições sobre desenvolvimento sustentável, alterações climáticas e transição energética.

O Tratado foi precedido por uma declaração política não vinculativa, a **Carta Europeia da Energia**, adoptada na Haia em 17 de Dezembro de 1991. A Carta foi aberta à adesão de Estados não europeus, contando com cerca de 69 signatários.

Entretanto, dada a necessidade de responder ao carácter cada vez mais global do comércio e investimentos na área da energia e de ter em conta os desafios que se colocam ao sector energético, a Carta Europeia da Energia evoluiu para a **Carta Internacional da Energia**, assinada também na Haia, a 20 de Maio de 2015, que conta já com a adesão de cerca de 90 Estados e Organizações Regionais de todos os continentes. A 'modernização' que a Comissão Europeia quer, agora, negociar irá estabelecer consonância do TCE com os termos, mais actuais, da Carta Internacional.

As versões autenticadas dos diversos documentos relacionados com o Processo da Carta da Energia podem ser acedidos [nesta página](#) do [site da Carta](#). Os textos consolidados desses mesmos documentos estão disponíveis numa [publicação](#) preparada pelo Secretariado da Carta.

Avião eléctrico para médias distâncias e nove passageiros

Foi apresentado no Salão Aeronáutico de Paris um protótipo eléctrico para nove passageiros e dois tripulantes, com de raio de acção 650 milhas e 260 nós de velocidade de cruzeiro. A aeronave é propulsionada por um motor na cauda e 2 motores na ponta das asas (3x260 kW) alimentados por baterias de lítio que podem fornecer 900 kWh.

Segundo o fabricante, a empresa israelita [Eviation](#), o aparelho, denominado Alice, é comercialmente competitivo graças à maior eficiência dos motores eléctricos, menores custos de manutenção e características construtivas (aerodinâmica e peso).

A Eviation informa que o aparelho vai ser submetido a testes de certificação nos EUA, e anuncia já ter comprador para um número de unidades com 'dois dígitos' ([Cape Air](#), operador regional e de aluguer nos EUA). É referido o preço de US\$4 milhões por unidade e as entregas estão previstas para começar em 2022.



Fábrica europeia de baterias de iões de lítio



O [Banco Europeu de Investimento](#) deu o seu acordo de princípio ao projecto de uma giga-fábrica de baterias de iões de lítio na Suécia, pela concessão de um empréstimo de 350 milhões de euros. O financiamento deste projecto da [Northvolt Ett](#) será também apoiado pelo Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE), um dos pilares do [Plano de Investimento para a Europa](#). Por outro lado, um consórcio da Volkswagen e da Goldman Sachs Merchant Banking

Division lidera um previsto aumento de capital da Northvolt.

Este projecto terá uma capacidade inicial de 16 Gwh por ano, prevendo-se a ampliação até ao dobro. A concretização desta fábrica será um primeiro passo para a criação na Europa de uma cadeia de valor competitiva, sustentável e inovadora para fabricação de células de baterias em grande escala, visando colocar a UE num rumo para a liderança global neste sector, que terá rápida expansão. O início da construção está anunciado para Agosto.